



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

4261438

CONCLUSÃO - 09-12-2011

(Termo electrónico elaborado por Escrivão Auxiliar Maria de Lurdes dos Santos)

=CLS=

I - RELATÓRIO

SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES E DOS MEDIA, NIPC 501250824, com sede na Rua Conde Redondo, nº60-A-B, Lisboa, instaurou a presente acção contra **CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.**, NIPC 500077568, com sede na Rua de S. José, nº20, Lisboa, pedindo, com fundamento na redução indevida de retribuições e congelamento da progressão na carreira dos trabalhadores seus associados, que a ré fosse condenada a:

a) Pagar aos trabalhadores do autor ao seu serviço a parte das remunerações que reduziu e futuras que venha a reduzir, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, acrescidas de juros de mora legais, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

b) Fazer a evolução profissional e progressão na carreira profissional dos trabalhadores do autor ao seu serviço, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

c) Pagar aos trabalhadores do autor ao seu serviço as partes pecuniárias dos subsídios de refeição, trabalho suplementar, trabalho nocturno e abono de ajudas de custo e transporte que ilicitamente reduziu e futuras que venha a reduzir, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, acrescida de juros legais, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

Realizou-se a audiência de partes a que alude o art. 54º, nº2, do Código de Processo do Trabalho, frustrando-se a conciliação.

**

No prazo legal, a ré deduziu contestação, propugnando pela improcedência da acção em virtude das disposições legais que entende serem aplicáveis ao caso, designadamente a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2011, regras essas que o autor sustentou serem inconstitucionais.

**

Prosseguiram os autos para julgamento, tendo as partes firmado acordo sobre a matéria de facto em discussão.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

II – FUNDAMENTOS.

2.1. Factos provados.

Encontram-se assentes os seguintes factos (face ao acordo supra-referenciado):

1 – A ré é uma empresa do sector empresarial do Estado (pessoa colectiva de direito privado, com estatuto de sociedade anónima de capital exclusivamente público) e reduziu os salários dos trabalhadores associados do autor de forma progressiva quanto às remunerações totais acima dos 1.500,00 € por mês.

2 – A redução incide sobre o total dos salários e todas as remunerações acessórias dos trabalhadores, com aplicação de um sistema progressivo de taxas de redução de 3,5% a 10% a partir daquele limiar.

3 – A redução dos salários começou no mês de Janeiro de 2011.

4 – A ré congelou aos trabalhadores associados do autor a evolução profissional e progressão na carreira profissional, a partir de 1 de Janeiro de 2011.

5 – Por força da aplicação do Orçamento de Estado de 2011, a ré alterou o estabelecido no acordo de empresa



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

quanto ao subsídio de refeição, trabalho suplementar, trabalho nocturno e abono de ajudas de custo e transporte.

6 – A ré reduziu os salários, congelou a evolução profissional e progressão na carreira dos trabalhadores, impôs a aplicação aos trabalhadores do autor ao seu serviço dos regimes aplicáveis aos funcionários públicos, no que respeita ao subsídio de refeição, trabalho suplementar, trabalho nocturno e abono de ajudas de custo e transporte, com fundamento nos arts. 19º, 28º e 31º da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2011 e na Resolução do Conselho de Ministros nº1/2011 de 4 de Janeiro de 2011.

7 - Com a data de 17 de Agosto de 2010, foi celebrado entre a ré e o autor o Acordo de Empresa (AE) publicado no BTE, nº34, de 15/9/2010.

8 - O referido Acordo de Empresa prevê a sua vigência pelo prazo de 24 meses, salvo quanto às disposições de matéria salarial e pecuniária previstas nos anexos III a V cujo prazo de vigência foi de 12 meses, nos termos da cláusula 2ª, nºs 1 e 2, do mesmo.

9 - Em 20/10/2010, por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças, e do Trabalho e Solidariedade Social de 8/10/2010, foi publicada uma separata ao Boletim do Trabalho e do Emprego nº5 (BTE), nos termos do qual passaram a constar as normas em causa constantes da então proposta, à data, LOE para 2011, com incidência nos trabalhadores com relação jurídica de emprego regulada pelo Código do Trabalho.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

2.2. Direito aplicável.

Decorre o pedido formulado pelo autor nos presentes autos da alegada inconstitucionalidade da Lei do Orçamento de Estado de 2011, a qual impõe reduções em matéria salarial para trabalhadores afectos ao sector público, incluindo os que exercem funções em empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público e em entidades públicas empresariais.

Opondo-se à pretensão deduzida, sustenta a ré que se limita a cumprir o estabelecido ou ordenado no referido Orçamento de Estado, diploma que, no seu entender, não padece dos vícios que o autor aponta.

Analisemos os argumentos esgrimidos e a sua validade, sem esquecer que, sobre o assunto em apreço, já se mostra publicado um Acórdão do Tribunal Constitucional (AC nº 396/2011, disponível no Diário da República, II Série, nº199, de 17 de Outubro de 2011, e a que também se pode ter acesso através do site do Tribunal Constitucional), aresto que, não tendo embora força obrigatória geral, decidiu não declarar inconstitucionais as normas em questão.

**

Sob a epígrafe “*redução remuneratória*” e inserida no capítulo III que se ocupa dos trabalhadores do sector



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

público, o art. 19º da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (diploma que aprova o Orçamento do Estado para 2011), tem o seguinte teor:

1 — A 1 de Janeiro de 2011 são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais das pessoas a que se refere o n.º 9, de valor superior a € 1500, quer estejam em exercício de funções naquela data, quer iniciem tal exercício, a qualquer título, depois dela, nos seguintes termos:

a) 3,5 % sobre o valor total das remunerações superiores a € 1500 e inferiores a € 2000;

b) 3,5 % sobre o valor de € 2000 acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os € 2000, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5 % e 10 %, no caso das remunerações iguais ou superiores a € 2000 até € 4165;

c) 10 % sobre o valor total das remunerações superiores a € 4165.

2 — Excepto se a remuneração total ilíquida agregada mensal percebida pelo trabalhador for inferior ou igual a € 4165, caso em que se aplica o disposto no número anterior, são reduzidas em 10 % as diversas remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias nos seguintes casos:

a) Pessoas sem relação jurídica de emprego com qualquer das entidades referidas no n.º 9, nestas a exercer funções a qualquer outro título, excluindo -se as aquisições de serviços previstas no artigo 22.º;

b) Pessoas referidas no n.º 9 a exercer funções em mais de uma das entidades mencionadas naquele número.

3 — As pessoas referidas no número anterior prestam, em cada mês e relativamente ao mês anterior, as informações necessárias para que os órgãos e serviços processadores das remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias possam apurar a taxa de redução aplicável.

4 — Para efeitos do disposto no presente artigo:

a) Consideram -se remunerações totais ilíquidas mensais as que resultam do valor agregado de todas as prestações pecuniárias, designadamente, remuneração base, subsídios, suplementos remuneratórios, incluindo emolumentos, gratificações, subvenções, senhas de presença, abonos, despesas de representação



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

e trabalho suplementar, extraordinário ou em dias de descanso e feriados;

b) Não são considerados os montantes abonados a título de subsídio de refeição, ajuda de custo, subsídio de transporte ou o reembolso de despesas efectuado nos termos da lei e os montantes pecuniários que tenham natureza de prestação social;

c) Na determinação da taxa de redução, os subsídios de férias e de Natal são considerados mensalidades autónomas;

d) Os descontos devidos são calculados sobre o valor pecuniário reduzido por aplicação do disposto nos n.os 1 e 2.

5 — Nos casos em que da aplicação do disposto no presente artigo resulte uma remuneração total ilíquida inferior a € 1500, aplica -se apenas a redução necessária a assegurar a percepção daquele valor.

6 — Nos casos em que apenas parte da remuneração a que se referem os n.os 1 e 2 é sujeita a desconto para a CGA, I. P., ou para a segurança social, esse desconto incide sobre o valor que resultaria da aplicação da taxa de redução prevista no n.º 1 às prestações pecuniárias objecto daquele desconto.

7 — Quando os suplementos remuneratórios ou outras prestações pecuniárias forem fixados em percentagem da remuneração base, a redução prevista nos n.os 1 e 2 incide sobre o valor dos mesmos, calculado por referência ao valor da remuneração base antes da aplicação da redução.

8 — A redução remuneratória prevista no presente artigo tem por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação das reduções previstas nos artigos 11.º e 12.º da Lei n.º12A/2010, de 30 de Junho, e na Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro, para os universos neles referidos.

9 — O disposto no presente artigo é aplicável aos titulares dos cargos e demais pessoal de seguida identificado:

- a) O Presidente da República;*
- b) O Presidente da Assembleia da República;*
- c) O Primeiro -Ministro;*
- d) Os Deputados à Assembleia da República;*
- e) Os membros do Governo;*



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLBSB

f) Os juízes do Tribunal Constitucional e juízes do Tribunal de Contas, o Procurador -Geral da República, bem como os magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e juízes da jurisdição administrativa e fiscal e dos julgados de paz;

g) Os Representantes da República para as regiões autónomas;

h) Os deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;

i) Os membros dos governos regionais;

j) Os governadores e vice -governadores civis;

l) Os eleitos locais;

m) Os titulares dos demais órgãos constitucionais não referidos nas alíneas anteriores, bem como os membros dos órgãos dirigentes de entidades administrativas independentes, nomeadamente as que funcionam junto da Assembleia da República;

n) Os membros e os trabalhadores dos gabinetes, dos órgãos de gestão e de gabinetes de apoio, dos titulares dos cargos e órgãos das alíneas anteriores, do Presidente e Vice -Presidente do Conselho Superior da Magistratura, do Presidente e Vice -Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente e juízes do Tribunal Constitucional, do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, do Presidente do Tribunal de Contas, do Provedor de Justiça e do Procurador -Geral da República;

o) Os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, incluindo os juízes militares e os militares que integram a assessoria militar ao Ministério Público, bem como outras forças militarizadas;

p) O pessoal dirigente dos serviços da Presidência da República e da Assembleia da República, e de outros serviços de apoio a órgãos constitucionais, dos demais serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, bem como o pessoal em exercício de funções equiparadas para efeitos remuneratórios;

q) Os gestores públicos, ou equiparados, os membros dos órgãos executivos, deliberativos, consultivos, de fiscalização ou quaisquer outros órgãos estatutários dos institutos públicos de regime geral e especial, de pessoas colectivas de direito



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4.º Juízo - 2.ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo, das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal, das fundações públicas e de quaisquer outras entidades públicas;

r) Os trabalhadores que exercem funções públicas na Presidência da República, na Assembleia da República, em outros órgãos constitucionais, bem como os que exercem funções públicas, em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, nos termos do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 2.º e nos n.os 1, 2 e 4 do artigo 3.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, incluindo os trabalhadores em mobilidade especial e em licença extraordinária;

s) Os trabalhadores dos institutos públicos de regime especial e de pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo;

t) Os trabalhadores das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal, com as adaptações autorizadas e justificadas pela sua natureza empresarial;

u) Os trabalhadores e dirigentes das fundações públicas e dos estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores;

v) O pessoal nas situações de reserva, pré aposentação e disponibilidade, fora de efectividade de serviço, que beneficie de prestações pecuniárias indexadas aos vencimentos do pessoal no activo.

10 — *Aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações que, até 31 de Dezembro de 2010, reúnam as condições para a aposentação ou reforma voluntária e em relação aos quais, de acordo com o regime de aposentação que lhes é aplicável, o cálculo da pensão seja efectuado com base na remuneração do cargo à data da aposentação, não lhes é aplicável, para efeito de cálculo da pensão, a redução prevista no presente artigo, considerando -se, para esse efeito,*



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

a remuneração do cargo vigente em 31 de Dezembro de 2010, independentemente do momento em que se apresentem a requerer a aposentação.

11 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

Por sua vez, o art. 28º da mesma Lei, sob a epígrafe “subsídio de refeição”, dispõe o seguinte:

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o valor do subsídio de refeição abonado aos titulares dos cargos e demais pessoal a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º, nos casos em que, nos termos da lei ou por acto próprio, tal esteja previsto, não pode ser superior ao valor fixado na Portaria n.º 1553 -D/2008, de 31 de Dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro.

2 — A partir da data da entrada em vigor da presente lei os valores percebidos a 31 de Dezembro de 2010 a título de subsídio de refeição que não coincidam com o montante fixado na portaria referida no número anterior não são objecto de qualquer actualização até que esse montante atinja aquele valor.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

Por último – norma que também vem referenciada nos autos e que fundamentou, a par das restantes, a



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

redução remuneratória/congelamento da progressão na carreira –
estabelece o art. 31º da LOE:

**Aditamento ao Decreto -Lei n.º 558/99, de 17
de Dezembro**

*É aditado ao Decreto -Lei n.º 558/99, de 17 de
Dezembro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e
pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, o artigo 39.º -A, com a
seguinte redacção:*

«Artigo 39.º -A

Regime remuneratório

*1 — É aplicável o regime previsto para os
trabalhadores em funções públicas do subsídio de refeição e do abono
de ajudas de custo e transporte por deslocações em território português
e ao estrangeiro devidas aos titulares de órgãos de administração ou de
gestão e aos trabalhadores das entidades públicas empresariais,
empresas públicas de capital exclusiva e maioritariamente público e
entidades do sector empresarial local ou regional.*

*2 — À retribuição devida por trabalho suplementar
prestado por trabalhadores das entidades referidas no número anterior é
aplicável o regime previsto para a remuneração do trabalho
extraordinário prestado por trabalhadores em funções públicas, nos
termos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.*

*3 — À retribuição devida por trabalho nocturno
prestado por trabalhadores das entidades referidas no n.º 1 é aplicável o
regime previsto para a remuneração do trabalho nocturno prestado por
trabalhadores em funções públicas, nos termos do Regime do Contrato
de Trabalho em Funções Públicas.*

*4 —
O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa,
prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou
excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação
colectiva de trabalho, com excepção das disposições sobre trabalho
suplementar e nocturno constantes de legislação especial e de
instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis aos
profissionais de saúde, não podendo ser afastado ou modificado pelos
mesmos.»*



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

Como é bom de ver, as normas orçamentais que impuseram os limites que o autor vem colocar em questão, para além de se sobreporem ao IRCT (*in casu*, Acordo de Empresa) celebrado entre as partes, também revogam o regime previsto no art. 129º, nº1, alínea d), do Código do Trabalho, preceito este que, no domínio das garantias do trabalhador, dispõe que é proibido ao empregador diminuir a retribuição, salvo nos casos previstos no Código ou em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

Assim, à primeira vista, o problema parecia de fácil resolução, dada a possibilidade que o legislador tem, em termos gerais, de proceder a alterações dos diplomas que regulam as relações de trabalho.

No entanto, a questão tem outras implicações, dado o quadro normativo que nos rege, particularmente a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Vejamos, por isso, a questão no plano constitucional como achamos que a mesma deve ser colocada.

O ponto de partida, em nosso entender, salvo melhor opinião, passa pela análise das normas de carácter constitucional que se ocupam dos direitos, liberdades e garantias, particularmente, no que ao caso importa, os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores previstos nos arts. 53º a 57º da CRP.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

Compulsado o quadro constitucional vigente, desde logo salta à vista o que nos parece ser uma evidência e que se traduz no seguinte: não existe ou não está estabelecida uma limitação, em termos genéricos, no sentido de que a retribuição – a prestação essencial que os trabalhadores auferem por força de uma relação laboral – não possa ser reduzida, com excepção dos casos em que essa redução atinja um valor excessivo que ponha em causa a dignidade do trabalhador enquanto pessoa.

Dito por outras palavras, a retribuição não parece ter garantia constitucional no sentido da sua irredutabilidade, salvo nas situações em que seja violado o princípio estabelecido no art. 59º, nº1, alínea a), da CRP, segundo o qual o salário deve garantir uma existência condigna.

E sendo assim, também não se pode falar de uma violação do art. 18º, nº2, da Lei Fundamental, disposição que prevê que a lei só pode restringir os direitos liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

Esclarecido este ponto prévio – e essencial, a nosso ver – cabe perguntar se as normas aprovadas violarão outras disposições constitucionais, como é o caso – tese sustentada pelo autor – dos arts. 105º, nºs 1 e 3, 106º, nº1, 56º, nº2, alínea a), 2º, 62º e 13º - que referimos, por facilidade de exposição, de acordo com a sequência adoptada no articulado inicial.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

★★

Conteúdo e limites das leis orçamentais.

O art. 105º (sob a epígrafe "orçamento"), nºs 1 e 3, da CRP, dispõe o seguinte:

1. O Orçamento do Estado contém:

a) A discriminação das receitas e despesas do Estado, incluindo as dos fundos e serviços autónomos;

b) O orçamento da segurança social.

3. O Orçamento é unitário e especifica as despesas segundo a respectiva classificação orgânica e funcional, de modo a impedir a existência de dotações e fundos secretos, podendo ainda ser estruturado por programas.

Por sua vez, o art. 106º, nº1, da CRP reporta-se ao carácter anual da Lei do Orçamento.

Salvo melhor opinião, não colhem os argumentos do autor quanto à inconstitucionalidade por alegada violação das normas em apreço.

Conforme se escreveu no Acórdão do TC que citámos – e que aqui acompanhamos – estamos perante "*medidas de carácter orçamental, com o regime correspondente*", dada a repercussão evidente que as normas aprovadas têm ao nível da despesa pública, por se tratar de entidades que, embora de natureza ou



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

carácter empresarial – como é o caso da ré -, têm capital exclusiva ou maioritariamente público, com tudo o que isso acarreta, designadamente ao nível dos investimentos e das transferências financeiras (verbas) que o Estado suporta.

E não se poderá entender – aqui sob pena de clara inconstitucionalidade, se fosse o caso – que as normas impugnadas têm um carácter plurianual, dado o seu teor e a inexistência de qualquer ressalva no conjunto da Lei da Orçamento – isto tudo sem embargo, conforme também se escreveu no Acórdão do TC, de existirem indícios que assim poderá ser, indícios, no entanto, que terão de ser, do ponto de vista legislativo, confirmados em orçamentos subsequentes.

**

Direito de participação na legislação laboral.

Nos termos previstos no art. 56º, nº2, alínea a), da Lei Fundamental, constitui direito das associações sindicais participar na elaboração da legislação do trabalho.

O autor defende que a norma em apreço foi violada em virtude de, alegadamente, no processo legislativo que conduziu à aprovação da Lei do Orçamento, não ter sido ouvida acerca das normas que impõem restrições de carácter remuneratório.

Também quanto a este ponto, não podemos aceitar a argumentação doutamente expendida na petição inicial.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

O direito constitucionalmente consagrado tem desenvolvimentos na legislação ordinária, particularmente no art. 470º do Código do Trabalho, norma esta que dispõe que qualquer projecto ou proposta de lei só pode ser discutido e votado pela Assembleia da República depois de as associações sindicais se terem podido pronunciar sobre ele.

Mas a forma de participação a que o art. 470º alude é exercida nos termos previstos no art. 472º, nº1, alínea a), do mesmo Código – publicação da proposta no Diário da Assembleia da República, por se tratar de legislação a aprovar por esse órgão de soberania.

No caso vertente, constata-se que para além da publicação - no BTE - referida no ponto 9 dos factos provados, foi ainda publicada, em separata ao Diário da Assembleia da República (separata nº29, de 27 de Outubro de 2010, que pode ser consultada em <http://www.parlamento.pt>) a proposta de lei nº42/XI, que inclui, entre outras, as normas impugnadas pelo autor.

Não existem, pois, razões de ordem procedimental que conduzam à conclusão formulada pelo demandante quanto a este ponto, cabendo, por isso, analisar as restantes questões suscitadas.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

Das alegadas violações do princípio da confiança (expectativa relativamente a situações jurídicas constituídas) e de direitos de carácter patrimonial constitucionalmente protegidos.

Com fundamento na violação dos arts. 2º e 62º da Lei Fundamental, sustenta o autor a inaplicabilidade das normas orçamentais que impugnou, o que decorreria, por um lado, de um princípio fundamental que vem inserido no referido art. 2º e, por outro, de um direito de natureza ou carácter económico (inserido no Título III – mais vasto – que abrange direitos e deveres económicos, sociais e culturais).

O art. 2º da CRP dispõe que *“A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.”*

Por sua vez, o art. 62º tem a seguinte redacção:”

1. A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição.

2. A requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efectuadas com base na lei e mediante o pagamento de justa indemnização.”



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc. Nº 1444/11.8TTLSB

Embora sejam postos em causa, de forma inequívoca, direitos com expressão patrimonial, parece-nos forçado que se defenda, no caso concreto, que seja afectado o princípio da confiança ínsito no Estado de Direito ou sequer que estejamos perante um confisco não permitido pela Constituição.

As atribuições patrimoniais dependem sempre, em cada momento histórico, de condições de facto que permitam a sua efectivação, condições essas que, como é sabido, se alteraram de forma drástica em anos mais recentes, com uma crise de carácter económico e financeiro sem precedentes que afectou um vasto conjunto de países a nível mundial, entre os quais se inclui o nosso.

Independentemente deste aspecto, a verdade é que não se vislumbra em que termos é que se pode sustentar, invocando a CRP, a intangibilidade das remunerações com base no indicado princípio (confiança) ou ainda com suporte na violação do direito à propriedade privada, uma vez que não existe qualquer outra norma na Lei Fundamental ou sequer um princípio – à excepção do limite que já referimos a propósito do art. 59º, nº1, alínea a) – do qual decorra – mesmo que de forma subliminar – não ser possível a imposição de tectos remuneratórios ou a redução – em termos que, obviamente, têm de ser razoáveis, face ao mesmo art. 59º, nº1, alínea a) – da retribuição dos trabalhadores visados.

Esclarecidos todos os pontos precedentes, cumpre analisar a ultima questão suscitada nos autos e que se prende com a alegada violação do princípio ínsito no art. 13º da CRP.



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

O art. 13º, nº1, da Lei Fundamental – com desenvolvimentos no nº2 - prescreve, no quadro dos direitos e deveres fundamentais, o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Trata-se de um princípio basilar do nosso Estado de Direito, que, se violado, implica a inconstitucionalidade material do diploma que consagre uma solução em sentido contrário.

Terá esse princípio sido violado no caso vertente ?

Relativamente a este ponto, é nosso entendimento, salvo melhor opinião, que a Lei do Orçamento de Estado para 2011, na parte que consagra a redução/restricção das remunerações de trabalhadores da administração pública e de trabalhadores sujeitos a regime privado (contrato de trabalho), mas que desempenham funções para entidades cujo capital é maioritária ou integralmente público, é materialmente inconstitucional, por violação de um direito fundamental que decorre da nossa Constituição (igualdade perante a lei).

Na verdade como fundamentar e justificar – mesmo com razões de dificuldade orçamental – o tratamento discriminatório que é dado aos funcionários públicos e a trabalhadores que exercem funções no sector público (empresarial do Estado) relativamente a trabalhadores que, pela simples circunstância de



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

desempenharem a sua actividade no sector privado, não são abrangidos pelos limites impostos pela LOE ?

Não é este o lugar próprio para dissecar – outros foros serão adequados para o efeito – as razões que levaram à adopção de medidas tão gravosas, as quais, embora não violadoras, como se defendeu, de outros preceitos constitucionais, violam – e, aqui, de forma que julgamos clamorosa – um princípio fundamental do Estado de Direito – a igualdade perante a lei.

Não encontramos, no diploma aprovado e em vigor, qualquer razão justificativa válida que legitime restrições desta natureza, tanto mais que, como é sabido – e aqui também não é o lugar próprio para se encetar a respectiva discussão – outras medidas poderiam ser adoptadas, de forma a, se não a eliminar, pelo menos a reduzir o impacto que as regras orçamentais têm vindo a ter no universo dos visados pelo seu âmbito.

No Acórdão do Tribunal Constitucional já citado, três insignes Conselheiros (Carlos Pamplona de Oliveira, J. Cunha Barbosa e João Cura Mariano) pronunciaram-se no sentido da inconstitucionalidade das normas em questão, por violação, a par de outros, do princípio que, em nosso modesto entender, também se mostra violado.

As respectivas declarações de voto são lapidares a propósito desta matéria, impondo-se a sua transcrição parcial, nos termos que seguem:

“O legislador não está impedido de, na prossecução ou salvaguarda de outros direitos ou interesses



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa
Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

constitucionalmente protegidos, que mereçam prevalência, alterar o conteúdo daquelas situações remuneratórias, desde que tal medida, para além de necessária, não seja arbitrária.

Ora, a justificação concretamente invocada para fundamentar a aprovação das normas que determinam cortes e reduções nos salários dos funcionários revela que o interesse público que tais normas visam proteger diz respeito à comunidade no seu conjunto, à generalidade dos cidadãos, e não, unicamente, aos funcionários públicos, grupo que, no entanto, é exclusivamente afectado pela referida redução salarial.

Inexiste, em consequência, uma específica justificação para afectar, de forma exclusiva, esses trabalhadores, tendo em conta que a finalidade que o legislador ambiciona obter pode igualmente ser alcançada estendendo à generalidade dos cidadãos os encargos necessários à resolução dos problemas financeiros nacionais por via de simples medidas de natureza tributária, de fácil concretização prática.” (Carlos Pamplona de Oliveira).

“Tal redução remuneratória tem como escopo principal a satisfação encargos públicos (no caso, através da sua diminuição), permitindo que se atinja um maior equilíbrio financeiro, entre a despesa e a receita, a expressar a nível do Orçamento do Estado, obstando, a final, a um aumento da dívida soberana e, bem assim, a permitir que seja alcançada uma maior sustentabilidade económico -financeira do país.

Porém, tal objectivo, de manifesto alcance nacional, não pode deixar de integrar interesse público geral a prosseguir por todos os que se encontrem nas mesmas condições remuneratórias previstas nas normas em causa, que já não e tão só pelos que transportem a ‘mácula’ de exercício de funções em regime específico de função pública, sob pena de discriminação negativa, no mínimo, injusta, já que por razões, como se deixou dito, meramente sócio -profissionais, e em contravenção do disposto no artigo 13.º n.º 2 da CRP (cf., ainda, artigos 18.º, n.º 3 e 59.º, n.º 1, alínea a) da CRP).

Na realidade, sem embargo de se poder reconhecer que o interesse público geral, cuja definição compete ao legislador (à lei), justificará a medida adoptada, sempre restará por explicar a confinação dos seus encargos a um universo restrito ou específico de pessoas, como seja, aos que exercem funções ou



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

actividade em regime de função pública, sendo certo que estes poderão ver a sua situação ainda mais agravada (para além da redução da 'massa salarial') em função de aumentos de impostos ou taxas que impenderão, naturalmente, sobre um universo de pessoas que, originariamente e em função do interesse público em causa, deveria responder, atento o princípio da igualdade, pelos encargos dele resultantes, interesse esse que, obviamente, não é específico dos que exercem funções públicas." (J. Cunha Barbosa).

Ora, se o fim perseguido é uma redução drástica do défice das contas públicas, o mesmo tanto poderá ser obtido por via do aumento da receita como pela via da diminuição da despesa.

Sabe -se que não é indiferente o combate ao défice pelo lado da receita ou pelo lado da despesa, atenta a diferença dos efeitos colaterais na economia destas opções, não podendo este Tribunal cercear a liberdade do legislador escolher o caminho que considera mais eficaz para atingir o seu objectivo, como refere o presente acórdão.

Contudo, quando o corte da despesa é efectuado através da redução dos vencimentos dos funcionários públicos, a essencialidade dos referidos efeitos colaterais coincide com as consequências duma tributação dos rendimentos — redução do poder de compra da população, com reflexos na procura interna.

Não está demonstrado que exista uma diferença significativa nos efeitos da opção da redução dos vencimentos dos funcionários públicos, relativamente a uma tributação acrescida dos rendimentos de todos os cidadãos, sendo certo que ambas alcançariam o objectivo de redução do défice público, com menores encargos para os funcionários públicos, uma vez que a distribuição do sacrifício recairia sobre um universo substancialmente mais alargado. Além de que, estando nós perante um objectivo de interesse comum a todos os cidadãos, era indiscutivelmente mais justo que a medida de redução dos rendimentos particulares não atingisse apenas os trabalhadores da função pública." (João Cura Mariano).

Padecem, pois, as normas do OE para 2011 -
que impõem as apontadas restrições - de inconstitucionalidade material



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

por violação do art. 13º, nº1, da Constituição da República Portuguesa, que consagra o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, (cf., para maiores desenvolvimentos, J.J. Gomes Canotilho, "Direito Constitucional e Teoria da Constituição", 3ª ed., 1999, págs. 398 a 405), pelo que, sem necessidade de esclarecimentos complementares, deverá decidir-se no sentido da procedência da acção, com as legais consequências.

III – DECISÃO.

Nestes termos, julgo a presente acção procedente e, em consequência, decido:

a) Condenar a ré a pagar aos trabalhadores ao seu serviço associados no autor a parte das remunerações que reduziu e futuras que venha a reduzir, com fundamento na LOE para 2011, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, acrescidas de juros de mora legais, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

b) Condenar a ré a fazer a evolução profissional e progressão na carreira profissional dos trabalhadores ao seu serviço associados no autor, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, caso tal evolução/progressão seja negada/restringida com fundamento na LOE para 2011.

c) Condenar a ré a pagar aos trabalhadores ao seu serviço associados no autor as partes pecuniárias dos subsídios de



Tribunal do Trabalho de Lisboa

4º Juízo - 2ª Secção

Rua Febo Moniz, 27 B - 1150-052 Lisboa

Telef: 218114000 Fax: 218151826 Mail: lisboa.tt@tribunais.org.pt

Proc.Nº 1444/11.8TTLSB

refeição, trabalho suplementar, trabalho nocturno e abono de ajudas de custo e transporte que reduziu e futuras que venha a reduzir, com fundamento na LOE para 2011, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, acrescida de juros legais, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

d) Condenar a ré no pagamento das custas decorrente do presente litígio (sendo o valor da causa o indicado na petição inicial).

e) Ordenar o registo e notificação da presente sentença.

Lisboa, 22 de Dezembro de 2011